



Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

Pensamento Jurídico e Relações Sociais

2

Atena
Editora
Ano 2020



Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

Pensamento Jurídico e Relações Sociais

2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P617	<p>Pensamento jurídico e relações sociais 2 [recurso eletrônico] / Organizador Douglas Santos Mezacasa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-178-7 DOI 10.22533/at.ed.787201307</p> <p>1. Direito – Brasil. 2. Direito – Filosofia. 3. Relações sociais. I. Mezacasa, Douglas Santos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 340</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A sociedade acende, em uma ordem social, onde as práticas do ser humano são repetidas e reiteradas, o que desperta a preocupação de um Direito que as regulem. Como menciona Gustavo Gabay Guerra (2000), a existência do Direito está pautada em “diversas acepções práticas e filosóficas, levado a cabo pela manifestação social e pela expressão da intencionalidade humana, irradiando uma gama de desdobramentos que o levam a interferir nos mais diversos planos cognoscíveis”.

Foi com o escopo de pensar como o sistema jurídico brasileiro se efetiva com as relações entre os sujeitos, que a Atena Editora publica dois volumes da coletânea intitulada “Pensamento Jurídico e Relações Sociais” uma coleção composta por vinte e nove capítulos, divididos em dois volumes, que concentram pesquisadores especialistas, mestres e doutores de instituições localizadas de todas as áreas do Brasil, onde as discussões tematizam diversas áreas do saber jurídico.

O compilado de artigos que compõem as obras, tem por intuito analisar as relações sociais de forma crítica e científica. A escolha em estudar esses movimentos dentro de um parâmetro de pesquisa, outorga a mais próxima veracidade dos fatos, criando mecanismo para solucionar litígios vindouros. Os volumes realizados em formato de e-book, trazem inovações nas pesquisas jurídicas e nas demais áreas do conhecimento. Temas diversos e interessantes são discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles juristas que de alguma forma se interessam pela ciência jurídica e pela participação efetiva da sociedade nas pesquisas.

Possuir um material acadêmico que reflita a evolução de diferentes áreas do direito e da coletividade, de forma temporal, com dados e resultados substanciais e concretos, torna-se muito relevante para o campo da pesquisa no Brasil.

Nessa esteira, a obra “Pensamento Jurídico e Relações Sociais” apresenta fundamentações de resultados práticos obtidos pelos diversos professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Douglas Santos Mezacasa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E DIREITO BRASILEIRO: CONEXÕES NECESSÁRIAS	
Guilherme Diehl de Azevedo Rafael Duarte Oliveira Venancio	
DOI 10.22533/at.ed.7872013071	
CAPÍTULO 2	16
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E <i>FAKE NEWS</i> NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO	
Danilo Ikeda Caetano Rafael Rodrigues Soares	
DOI 10.22533/at.ed.7872013072	
CAPÍTULO 3	28
LINCHAMENTOS - DESCONSIDERAÇÃO DO MONOPÓLIO PUNITIVO DO ESTADO E ANÁLISE DA REPROVABILIDADE SOCIAL DA PRÁTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Flávia Barreto de Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.7872013073	
CAPÍTULO 4	51
O PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR E OS DIREITOS DE PERSONALIDADE DO EMPREGADO	
Roberta Calazans Menescal de Souza Gomes Jéssica Porto Cavalcante Lima Calou Thiago Melo Façanha Sandro Miotto Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.7872013074	
CAPÍTULO 5	65
O TRABALHO ESCRAVO NO CENÁRIO BRASILEIRO ATÉ O PERÍODO DA REPÚBLICA	
Sara Sarmento Pereira Rosângela Angelin	
DOI 10.22533/at.ed.7872013075	
CAPÍTULO 6	71
PLURALIDADE CULTURAL: CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR E O ESPAÇO PARA A CULTURA DE PAZ	
Suzana Damiani Claudia Maria Hansel Victória Antônia Tadiello Passarela Gabriel Garcia Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.7872013076	
CAPÍTULO 7	83
POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA (DECRETO 9.600/2018), TECNOLOGIA DE IRRADIAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR	
Késia Rocha Narciso	
DOI 10.22533/at.ed.7872013077	
CAPÍTULO 8	98
PUNIÇÕES REFROTÁRIAS, DIREITOS HUMANOS E LEI DE ANISTIA: O CASO PANAIR DO BRASIL	
Valéria Reis Gravino	
DOI 10.22533/at.ed.7872013078	

CAPÍTULO 9	105
QUANDO O PROBLEMA ESTÁ NO NOME: O DIREITO À RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DA COMUNIDADE TRANSGÊNERO BRASILEIRA	
Lara Ribeiro Bernardes Anna Christina Freire Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.7872013079	
CAPÍTULO 10	118
REFORMA TRABALHISTA E O CERCEAMENTO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO	
Clarice Ribeiro Alves Caiana Francisco das Chagas Bezerra Neto Raíssa Julie Freire Gouvêa Fabiana da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.78720130710	
CAPÍTULO 11	129
SUICÍDIO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: PRIMEIRAS PERCEPÇÕES SOBRE DIÁLOGOS DOCUMENTAIS	
Débora Sodré Gonçalves Carneiro Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.78720130711	
CAPÍTULO 12	141
O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E OS MODELOS DE EDUCAÇÃO QUE SE IMPÕE	
Letícia Faturetto de Melo Isadora Monteiro Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.78720130712	
CAPÍTULO 13	152
TUTELA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE: EVOLUÇÃO NORMATIVA	
Juliana Aparecida Parcio Rosalvo Stachiw Núbia Deborah Araújo Caramello Jairo Rafael Machado Dias	
DOI 10.22533/at.ed.78720130713	
CAPÍTULO 14	167
UMA ABORDAGEM ACERCA DOS DIREITOS SOCIAIS NO ÂMBITO DE SUA REQUISICÃO, TITULARIDADE E DESTINATÁRIOS	
Wagner Lemes Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.78720130714	
SOBRE O ORGANIZADOR:	173
ÍNDICE REMISSIVO	174

O TRABALHO ESCRAVO NO CENÁRIO BRASILEIRO ATÉ O PERÍODO DA REPÚBLICA

Data de aceite: 01/06/2020

Sara Sarmento Pereira

Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, *campus* Santo Ângelo/RS

Pós-Graduanda em Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, *campus* São Borja/RS
sarasarmento.adv@gmail.com

Rosângela Angelin

Pós-Doutora pela Faculdade EST. Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrück (Alemanha)

Docente do Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS
rosangelaangelin@yahoo.com.br

Este Resumo apresenta um extrato do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito na URI, Campus Santo Ângelo.

RESUMO: Esse estudo parte de uma inquietude sobre a prevalência da mão de obra escrava que se iniciou a milênios e, no caso brasileiro, mesmo com a assinatura da Lei Áurea e com movimentos abolicionistas atuantes, essa prática prevalece

até o período da pós-modernidade. Assim, a pesquisa hipotético-dedutiva e, baseada em análise histórica e reflexões sociológicas e jurídicas busca investigar diversos aspectos relevantes da escravidão em alguns períodos que perpassam a história da escravidão, bem como suas respectivas modificações até o início da República brasileira, em 1890.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Brasil ; República.

ABSTRACT: This study is based on a concern about the prevalence of slave labor that began millennia ago and, in the Brazilian case, even with the signing of the Golden Law and with active abolitionist movements, this practice prevails until the post-modern period. Thus, hypothetical-deductive research and, based on historical analysis and sociological and legal reflections, seeks to investigate several relevant aspects of slavery in some periods that permeate the history of slavery, as well as their respective modifications until the beginning of the Brazilian Republic, in 1890.

KEYWORDS: Slavery; Brazil; Republic.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse estudo parte de uma inquietude

sobre a prevalência da mão de obra escrava que se iniciou a milênios e, no caso brasileiro, mesmo com a assinatura da Lei Áurea e com movimentos abolicionistas atuantes, essa prática prevalece até o período da pós-modernidade. Assim, a pesquisa hipotético-dedutiva e, baseada em análise histórica e reflexões sociológicas e jurídicas busca investigar diversos aspectos relevantes da escravidão em alguns períodos que perpassam a história da escravidão, bem como suas respectivas modificações até o início da República brasileira, em 1890.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os povos nativos foram uma das primeiras opções de força de trabalho disponível no Brasil, ocupado desde o início no século XVI. Quando os portugueses chegaram, os índios eram livres e desenvolveram certo vínculo com os portugueses, passando a ajudar a explorar o pau-brasil, mas não eram recompensados monetariamente por isso, apenas recebiam adornos e utensílios em troca do trabalho prestado, por exemplo, facas, tecidos, canivetes, ou seja, objetos de pouco valor. Logo, os povos indígenas se desinteressaram pelos trabalhos quando as atividades começaram e se tornar mais penosas e, assim, começaram a resistir às ordens dos europeus, em alguns casos fugiam, pois já conheciam bem o território que estavam inseridos (FAUSTO, 1998, p. 42). Esse foi um dos fatores que dificultou a utilização da mão de obra indígena.¹

Na citação acima, é possível observar que os povos indígenas se mostraram resistentes às ordens dos colonizadores. Isso não impediu que eles fossem escravos mais dificultou. No período de colonização, os índios perderam sua liberdade, eram capturados e escravizados para trabalhar, momento em que se buscava um maior desenvolvimento econômico por meio da produção açucareira. A mão de obra dos nativos era uma opção mais barata em relação aos negros, por isso era mais ambiciada (COTRIM, 2011, p. 195). Nesse contexto, Os europeus justificavam a escravidão dos povos indígenas por vários motivos, conforme aponta Fausto:

Escravizavam-se índios em decorrência de “guerras justas”, isto é, guerras consideradas defensivas, ou como punição pela prática de antropofagia. Escravizava-se também pelo resgate, isto é, a compra de indígenas prisioneiros de outras tribos, que estavam para ser devorados em ritual antropofágico. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa (FAUSTO, 1998, p. 50).²

¹ Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço em transformar os índios, através do ensino, em “bons cristãos”, reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser “bom cristão” significava também adquirir hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da Colômbia (FAUSTO, 1999, p. 49).

² Os brancos europeus “trouxeram” diversas doenças que não existiam no território até então, ocasionando a morte de milhares de índios, sendo esse mais um dos motivos pelo qual os negros africanos passaram a ser uma opção de força de trabalho escravo, aos colonizadores, para substituírem os indígenas. “Mais uma vez a reposição da mão-de-obra tornou-se

A escravidão dos povos africanos perdurou por um longo período e foi uma das mais trágicas do Brasil, pois as condições de vida e de trabalho eram totalmente desumanas, desde a própria forma que eram transportados para o Brasil. Muitos negros africanos não sobreviviam em meio a viagem, e aqueles que chegavam até o Brasil eram negociados com os senhores donos dos engenhos. Dentre as atividades desenvolvidas pelos africanos estavam o trabalho nos engenhos de açúcar, as minerações, a produção de fumo e a pecuária (COTRIM, 2011, p. 214).

Segundo Gorender o tráfico dos africanos rendia lucros sendo motivo atrativo e compensador para que o Brasil tivesse total interesse, como descreve a obra Brasil em preto e branco “O volume do tráfico africano ao Brasil, totalizando quase quatro milhões de indivíduos, ao longo de mais de três séculos, evidencia que o preço de aquisição do escravo, em meio às oscilações conjunturais, foi vantajoso aos traficantes e também aos escravistas brasileiros” (GORENDER, 2000, p. 43). Esse tráfico envolvia interesses por parte da Coroa lisboeta, pois havia obtenção de impostos, sendo um dos fatores fomentadores da exploração.

Nota-se que não ocorreu nenhuma interferência por parte da Igreja em relação o tráfico africano, a diferença entre a escravidão indígena e dos negros tem aspectos distintos, pois o modo que eles reagiam a escravidão era diferenciando. Os negros estavam totalmente desprotegidos, enquanto os índios conservam uma característica cultural de se associarem em tribos, o que facilitava a resistência as imposições (GORENDER, 2000, p. 23).

Somente na metade do século XIX nasceram os movimentos abolicionistas no Brasil, com a finalidade de por um fim a escravidão. Esse processo foi lento e dificultoso, como pode ser observado nos atos legislativos, abaixo:

Em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre-Livre. Esta lei tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da decretação da lei. No ano de 1885, foi promulgada a lei Saraiva-Cotegipe (também conhecida como Lei dos Sexagenários) que beneficiava os negros com mais de 65 anos de idade. Foi somente em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que a liberdade total e definitiva finalmente foi alcançada pelos negros brasileiros. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel (filha de D. Pedro II), abolia de vez a escravidão em nosso país (ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL, s.a., s.p.).

Os negros criaram certas estratégias para reagirem e fugirem da escravidão, após a fuga, eles criavam grupos que recebiam nomes de quilombos ou mocambos. Os quilombos se uniam com intuito de reação as diversas maneiras escravistas existentes na época. A formação dos quilombos era composta por africanos e seus descendentes, havia também índios que estavam fugindo dos europeus. Palmares foi quilombo que mais se destacou,

necessária. Foi preciso então encontrar uma nova fonte de suprimento de força de trabalho (ou mão de obra). Desta vez a África foi escolhida. A costa Africana já fazia parte da rota marítima das principais nações européias, entre elas, Portugal, França, Holanda e Inglaterra. Esta última logo alcançou a hegemonia do tráfico de escravos e do comércio com a África. O que as colônias precisavam podia ser facilmente obtido naquele continente. Em troca de algumas bugigangas, os negros eram trazidos da África para as colônias dessas nações, onde passaria da condição de homens livres para escravos, de seres humanos para mercadorias” (CORDEIRO, 2002, p. 8).

devido sua expansão (COTRIM, 2011, p. 223). Ademais, os quilombos representaram uma forma de luta pela liberdade.³

Mesmo com a abolição da escravidão em 1888, a lei não foi suficiente para tornar todas as pessoas livres da escravidão. Embora a abolição fosse algo extremamente desejado pelos afligidos e escravizados, essa conquista de liberdade foi um processo lento e, quando alcançada a “definitiva liberdade”, os ex-escravos não foram reinseridos no cenário social. Convém, no entanto explicitar que eles passaram a carecer de medidas inclusivas, sendo os motivos que continuaram segregados (GORENDER, 2000, p. 55).

Fica claro que um dos problemas com mais destaque é a desigualdade na distribuição de renda. Portanto, a abolição não foi suficiente para apagar o retrato triste do período escravista no contexto social brasileiro. Mesmo com a efetivação da abolição, a escravatura diminuiu, mais não impediu que o racismo e as desigualdades predominassem atuante até a presente realidade. Essas discriminações afetam amplamente os segmentos negros da população brasileira (GORENDER, 2000, p. 56). Esses aspectos têm efeitos até a atualidade, pois um número considerável da população brasileira tem origem dos negros e africanos e essa parte da população, ainda encontra dificuldade de inserção no âmbito social.

Todas essas observações aqui apresentadas, levam a refletir que as ligações entre o passado e o presente ainda são fortes, apenas alguns critérios se diferenciam fazendo parte da própria evolução da humanidade. Na atualidade, ainda há dificuldade em se assegurar direitos aos trabalhadores tornando as condições de trabalho da atualidade, muitas vezes análogas a escravidão.⁴

O próprio Jacob Gorender, já citado, recorda ainda que o Brasil precisa evoluir no combate as desigualdades sociais, pois ainda restam consequências do período escravocrata no Brasil contemporâneo.⁵ Embora se tenha abolido a escravidão, ela ainda prevalece no cenário brasileiro atual, ainda há marcas de um passado nefasto. O racismo é apenas uma característica que afeta uma grande parte da população, pelo simples fato da origem de um povo. Diante do exposto, a escravidão e o preconceito contra os povos afrodescendentes ainda é um desafio que deve ser superado.⁶ A escravidão tem

3 “Contudo, a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, é claro, diversas formas de resistência negra à escravidão como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos. Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito” (SILVA, 2012, p. 05).

4 “No passado, o escravo era visto como um bem material, que deveria ser minimamente preservado. Era mais caro comprar um novo escravo do que manter suas condições mínimas de sobrevivência. Hoje, pode se tornar mais simples descartar um trabalhador do que assegurar os seus direitos e as suas condições materiais e, embora o trabalhador não seja mais uma propriedade de seu soberano, ele muitas vezes é considerado como um produto para consumo imediato e posterior descarte” (ROCHA; BRANDÃO, 2013, p.02).

5 “A sociedade capitalista herdou, por assim dizer, o DNA da escravidão e não logrou se desvincilhar dessa herança. Os negros deixaram de ser escravos, porém assumiram, em grande parte, a condição de pobres e de indigentes. A eles se juntou uma parcela da população branca para compor a base da nossa pirâmide social. Nesse contraste se fixou o retrato em preto e branco do país até hoje” (GORENDER, 2000, p. 88).

6 “Neste perverso processo de coisificação dos humanos, o trabalho escravo alcança de forma desproporcional os grupos socialmente mais vulneráveis, como as mulheres, as meninas, as populações afro-descendentes e as populações social-

perpassado todas várias gerações desde os primórdios, e a medida que a humanidade foi evoluindo, a escravidão também foi passando por desdobramentos, conforme a cultura e a economia de determinado local. A cada época ela se apresentou com particularidades, sendo assim, na contemporaneidade, ainda há pessoas vítimas de condições análogas a escravidão nos ambientes de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora falar sobre escravidão hoje pareça ser assunto ultrapassado, é algo sério que precisa ser abordado, pois tal problema carece de maior observância, a fim de não permitir retrocessos sociais, pois a história do passado é assombrosa e suficiente para alertar-nos e permitir que se continue lutando pela abolição, não só dos escravos ainda existentes, mas pela abolição do racismo e das desigualdades ainda presentes. No período anterior a República de 1890, a escravidão se dava pela escassa mão de obra e, para obtê-la dependia da prisão dos índios, do tráfico negreiro ou ainda da reprodução. E, o escravo tinha um custo muito alto. Já na atualidade, a procura por trabalho é intensa diante do acentuado número de pessoas desempregadas, fazendo com que os trabalhadores se submetam a condições análogas a escravidão.

Todos esses problemas são derivados da má distribuição de renda, levando muitos indivíduos a pertencerem a uma classe menosprezada e marginalizada. Por isso, refletir sobre a escravidão segue sendo um tema que ainda merece ser observado. Ao finalizar este artigo, é possível afirmar que a escravidão se apresentou com características distintas no decorrer da história, mas como particularidade crucial a obtenção de vantagens, utilizando-se de uma mão de obra barata. Todas as observações levam a conclusão de que escravidão foi e ainda é vinculada a obtenção de poder econômico.

REFERÊNCIAS

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL. **História do Brasil.net**. [s.a.]. Disponível em: <<http://www.historiadoBrasil.net/abolicaodaescravatura/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CORDEIRO, Sara Regina Ramos. **Um estudo acerca do ressurgimento da escravidão negra no período colonial**. 2002.47f. Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/109949/cnm0226-m.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 set. 2016.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

mente excluídas. Merece, ademais, ser contextualizado à luz da dicotomia dos hemisférios Norte e Sul, ou seja, dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos, eis que sua concentração maior atém-se aos países mais pobres. Demanda, pois, maior grau de cooperação internacional e uma nova relação, mais ética e solidaria, entre os hemisférios sul e norte. A erradicação do trabalho escravo requer dos Estados a adoção de medidas preventivas, capazes de evitar e prevenir a prática do trabalho escravo, bem como de medidas repressivas, capazes de punir e erradicar em definitivo o trabalho escravo” (PIOVESAN *in* VELLOSO; FAVA [Orgs.], 2006, p. 164).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 1999.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto e branco: o passado escravista que não passou**. Edição. São Paulo: SENAC, 2000.

PIOVESAN, Flávia. Comentários. In: VELLOSO, Gabriel; Fava, Marcos Neves. **Trabalho escravo e degradante como forma de violação aos direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2006.

ROCHA, Graziella; BRANDÃO, André. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/05.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, Simone Rezende Da. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-s-rezende.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente Escolar 71, 72, 74, 76, 78, 80, 81

C

Conexões 1, 137

D

Direitos da Personalidade 57, 59, 63

Diretivo 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 62, 63, 64

E

Empregado 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 149

Empregador 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63

Estado 7, 13, 14, 18, 19, 21, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 56, 58, 92, 98, 100, 101, 104, 105, 109, 110, 111, 120, 121, 123, 127, 131, 133, 135, 137, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 152, 157, 158, 170, 173

Expressão 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 38, 61, 63, 76, 107, 143, 170

F

Fake News 16, 17, 19, 23, 24, 25, 27

Filosófica 1, 4, 8

J

Justiça do Trabalho 118, 128

L

Linchamentos 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

M

Meio Ambiente 86, 87, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168

Monopólio 28, 29, 32, 33, 42, 85

N

Necessárias 1, 127, 137

Normativo 7, 10, 11, 12, 33, 120, 163

P

Pluralidade 29, 30, 32, 39, 71, 72, 79, 80, 81

Poder 7, 10, 11, 13, 20, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 69, 75, 82, 86, 95, 96, 102, 106, 113, 114, 120, 121, 127, 128, 134, 143, 147, 148, 151, 157, 161, 163, 170

Princípios 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 39, 48, 58, 73, 78, 85, 86, 92, 107, 108, 110, 115, 116, 118, 120, 121, 126, 144, 145, 154, 155, 156, 159, 163, 169

Punitivo 28, 32, 42

R

Reforma Trabalhista 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128

Refratárias 98, 99, 102, 103

República 13, 14, 26, 46, 61, 63, 65, 66, 69, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 96, 105, 106, 108, 109, 114, 118, 119, 120, 125, 126, 127, 134, 145, 157, 164, 165

Risco 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 91, 93, 129, 131, 132, 135, 137, 138, 140

S

Sociedade 10, 11, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 44, 45, 47, 48, 55, 60, 61, 68, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 101, 111, 115, 116, 118, 121, 130, 132, 133, 134, 142, 150, 154, 162, 163, 165, 166

Suicídio 23, 26, 39, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

T

Titularidade 17, 56, 145, 161, 167, 169, 170

Trabalho Escravo 65, 66, 68, 69, 70

Tutela 33, 46, 121, 145, 151, 152, 157, 159, 164, 170

Pensamento Jurídico e Relações Sociais

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Pensamento Jurídico e Relações Sociais

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020